



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Agricultura e Pescas

**Relatório de discussão e votação, na especialidade,
do texto**

do [Projeto de Lei n.º 454/XVII/1.ª \(PAN\)](#) – Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade “Kristin” e por outros eventos climáticos extremos

Resultante da reunião ocorrida na Comissão de Agricultura e Pescas a 25 de março de 2026



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Agricultura e Pescas

1. Nota Introdutória

O [Projeto de Lei n.º 454/XVII/1.ª \(PAN\)](#) – Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade “Kristin” e por outros eventos climáticos extremos, deu entrada na Assembleia da República a 23 de fevereiro de 2026, tendo sido admitido a 24 do mesmo mês, data em que baixou, na generalidade, à Comissão de Agricultura e Pescas (CAPes).

A iniciativa foi discutida e votada, na generalidade, na sessão plenária de 25 de fevereiro de 2026, data em que baixou à CAPes para apreciação na especialidade.

2. Discussão e votação na especialidade

No âmbito dos trabalhos da especialidade, foi fixado um prazo para apresentação de propostas de alteração, mas nenhum grupo parlamentar apresentou.

Decorreram intervenções por parte dos Senhores Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Joana Lima (PS) e Firmino Ferreira (PSD).

O Senhor Presidente questionou se a votação do texto poderia ser no seu conjunto ou se pretendiam votação artigo a artigo. Foi unânime a votação do texto no seu conjunto.

Colocado a votação, o texto foi aprovado com os votos a favor dos GP do CH e do PS e dos DURP do PAN e do JPP e os votos contra do GP do PSD, verificando-se a ausência dos GP da IL, do L, do PCP e do CDS-PP.

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) efetuou uma declaração de voto oral considerando paradoxal a posição do PSD, uma vez que o próprio Governo já está a executar o projeto em causa, o que justificaria o seu reforço. Sublinhou também a existência de falhas no acesso a apoios por parte de várias associações sectoriais — não só na área do bem-estar animal, mas também, por exemplo, entre associações de regantes — que ficam excluídas dos apoios do Estado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Agricultura e Pescas

Concluiu que é necessário corrigir estas situações para não deixar entidades relevantes para trás, razão pela qual o GP do PS decidiu acompanhar o projeto.

Palácio de São Bento, 25 de março de 2026.

O Presidente da Comissão,

(Maurício Marques)